

Os hotéis na cidade de São Paulo na primeira década do século XX: diversidade no tamanho, na localização e nos serviços

Hotels in São Paulo City in the first decade of the 20th century: diversity in their size, location and services

Lucília Siqueira*

RESUMO

Por meio da análise de três estabelecimentos de hospedagem de dimensões distintas na década de 1900, este texto ressalta a heterogeneidade dos hotéis da cidade de São Paulo no período. Seguindo os inventários *post mortem* de proprietários de hotéis localizados no largo São Bento, na rua Líbero Badaró e na avenida Rangel Pestana, esta última no bairro do Brás, o artigo possibilita apreender a variedade dos equipamentos e serviços existentes, bem como a diversidade dos grupos aos quais pertenciam os donos desses estabelecimentos. Palavras-chave: história urbana; história da cidade de São Paulo; história dos hotéis.

ABSTRACT

Through the analysis of three hotel establishments of different sizes in the first decade of the 20th century, this article aims to highlight the heterogeneity of hotels in São Paulo City at the time. Using the post-mortem inventories of hotel owners located in Largo São Bento, Rua Líbero Badaró and Avenida Rangel Pestana (the latter of which is in the district of Brás), the article displays the variety of the equipment and services made available at that time, as well as the diversity of people who owned such enterprises.

Keywords: urban history; history of São Paulo City; history of hotels.

Nos meados do ano de 1890, na cidade de São Paulo, o italiano Carlo Astone, que era proprietário do Hotel Coroa d'Itália, estabelecido no número 1 da rua Senador Feijó, deu queixa na polícia contra um freguês de seu hotel. A acusação era por “injúrias verbaes”.¹

Segundo Carlo Astone, em 17 agosto de 1890, lá pelas seis horas da tarde, no hotel, Felipe Marasca pôs-se a xingá-lo: “ladrão, cáften, safado e filho da

* Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – Campus Guarulhos. Estrada do Caminho Velho, 333, Pimenta. 07252-312 Guarulhos – SP – Brasil. lsiqueira@unifesp.br

puta!”. Felipe Marasca era um cocheiro italiano, de 22 anos, solteiro e analfabeto. Naquele final de tarde, Felipe já tinha passado no Café dos Estados Unidos, com dois sujeitos, moços italianos como ele, a quem convidou para irem ao Coroa d’Itália tomar *cognac*. Um deles era o alfaiate Miguel Bruno e o outro, o barbeiro Francisco D’Urso. Os dois contaram que, ao chegarem ao hotel, Felipe sentou-se à cabeceira de uma mesa para jantar, enquanto eles foram ‘para a secreta’, isto é, ‘para a latrina’, de onde começaram a ouvir vozes alteradas. Em virtude dos gritos, voltaram para a sala, onde viram Astone gritando para Felipe Marasca que fosse embora. No meio da confusão narrada pelas testemunhas – teve até um empregado que veio dos quartos com uma faca à mão –, vemos que no hotel àquela hora havia cerca de vinte pessoas, umas jantando numa sala, em mesas onde cabiam oito sentados, e outras em uma segunda sala, onde havia mesas menores e as pessoas estavam a beber em duplas. Entre os presentes havia mais uns dois ou três italianos solteiros, um dos quais trabalhava no Teatro São José. Havia também um doutor – Carlos Garcia – e um policial nascido em Portugal, mas já naturalizado.

Aos poucos, o cenário da briga vai se revelando nos autos: alguns afirmaram que ouviram, antes do começo da refrega, “os gritos do cocheiro com a meretriz que ali também estava, Felismina Maria de Jesus”. O policial nascido português abriu o jogo: disse que “sabia que algumas pensionistas do Coroa d’Itália eram mulheres perdidas e que a tal Felismina vinha se recusando a ter relações libidinosas com Felipe Marasca”.

Meses depois, já próximo da condenação de três meses de prisão que sofreria, Felipe Marasca pediu ajuda a um capitão do Exército. Este levou um delegado ao hotel a fim de convencerem Astone a retirar a queixa – o que ele só faria alguns anos depois. Enquanto o delegado e o dono do hotel conversavam num recinto fechado, o capitão ficou por ali e “conversou com uma meretriz chamada Amélia, que era conhecida como ‘Flor do Chá’”. Na prosa com Amélia o capitão entendeu os pormenores da briga entre a prostituta Felismina e o italiano Felipe; e nós, hoje, compreendemos que o Hotel Coroa d’Itália – ou Hotel da Roza, em alguns documentos –, era um lugar frequentado por gente de todo tipo, de variados grupos sociais, que oferecia, além das refeições, bebidas e hospedagem, o serviço das prostitutas que ali moravam, pois foram caracterizadas por todos como ‘pensionistas’ do hotel. O advogado do acusado chegou a argumentar que Felipe era “moço solteiro e inexperiente que, ainda que tivesse ido ao hotel com intenções libidinosas”, cometera crime menor do que Carlo Astone, que mantinha “este hotel funcionando, ‘hotel de baixa nota’, onde ele certamente ‘explora a prostituição’”.²

Tempos depois dessa briga, em maio de 1893, o mesmo Carlo Astone deu queixa contra um empregado, Giuseppe Vandiglia, de haver desaparecido do hotel com as chaves do armário de bebidas do estabelecimento, levando consigo algumas notas que lá havia para troco e ainda uma quantia maior, produto dos gêneros que andara vendendo sem autorização do patrão.³

Abriu-se o inquérito policial e Giuseppe declarou que trabalhava para Astone havia oito meses, que havia sido contratado ‘como que um gerente do dito Hotel’, por 30 mil réis mensais; que desde o início não recebera o salário e que tudo que vendera tinha sido com autorização do proprietário do hotel. Giuseppe Vandiglia não aparecia no hotel havia dez dias porque tinha ido a Santos buscar sua mulher que chegara da Europa. Quando voltou à capital, foi morar na rua Vinte e Cinco de Março.

Ao longo das semanas, cinco italianos vieram depor: um cozinheiro que morava na rua Santo Antônio e provavelmente trabalhava no Coroa d’Itália, um caixeiro que morava no hotel, um ‘negociante volante’ morador da rua Vinte e Cinco de Março, outro negociante que residia na rua Santa Ifigênia e um professor que vivia no Bexiga e era freguês do hotel. Muitos detalhes da vida em torno do hotel se revelam: alguns hóspedes, outros que frequentam o local para beber, empregados do hotel, o estabelecimento que tem nomes diferentes – “Coroa d’Itália” no almanaque e “da Roza” nos autos judiciais. Depoimento atrás de depoimento e as entrelinhas indicam o seguinte: Giuseppe, julgando-se injustiçado por não receber pagamento durante meses, antes de ir a Santos buscar a esposa, foi ao encontro dos fregueses do hotel para receber o que deviam pelo consumo de bebidas. Com esse dinheiro em mãos, vendo-se então remunerado, abandonou o emprego no Coroa d’Itália. Ao cabo do processo, Giuseppe Vandiglia é condenado a pagar cerca de um conto ao ex-patrão, mas não é encontrado para ser comunicado da decisão judicial; consta que ele desapareceu, deixou a cidade.

As duas histórias que se passaram no Coroa d’Itália, em 1890 e em 1893, mostram uma cidade em que gente muito variada frequentava esse tipo de hotel de médio porte, situado na região central, com serviços de alimentação, hospedagem e às vezes prostituição. Uma década antes do período em foco neste artigo, as pessoas ficavam ali em torno das mesas e do armário ‘cheio de vinhos, licores e bebidas finas’, fechado a chave, que também guardava alguns cigarros, de ‘categoria inferior’. Essa reunião costumeira no Coroa d’Itália – de trabalhadores, pequenos negociantes, ambulantes, gente remediada e até um ou outro mais rico – pouco se assemelhava àqueles agrupamentos que a historiografia tem mostrado nos salões das confeitarias e dos hotéis luxuosos das

ruas do triângulo de São Paulo. Naquela altura, encontravam-se no coração da cidade as novidades ‘cosmopolitas’ que apareciam nas vitrines das lojas e nas mesas dos restaurantes, boa parte destes no interior dos maiores hotéis.⁴

O que se pretende neste texto, no entanto, não é ainda uma tomada das gentes que frequentavam os hotéis e das que neles se hospedavam ou trabalhavam. Tampouco miramos a montagem de uma taxonomia dos estabelecimentos de hospedagem. Aqui, intentamos apresentar a diversidade dos hotéis existentes em São Paulo no começo do século XX, procurando matizar o que se tem escrito sobre eles no período de explosão demográfica da cidade, nos anos em que os estrangeiros chegaram em grande número. Por meio do exame de três inventários *post mortem* de proprietários de hotel na cidade – precisamente dos anos de 1900, 1901 e 1908 –, buscamos comparar o valor e a dimensão desses estabelecimentos de hospedagem, bem como, quando possível, o que havia no seu interior em termos de equipamentos e instalações. Vale dizer que a apreensão dessa heterogeneidade serve a uma pesquisa mais abrangente que ora realizamos sobre os hotéis na cidade. Se neste artigo os hotéis são vistos como partes de patrimônio familiar e como empreendimentos, mais adiante, numa tomada maior, serão estudados como lugares de novas sociabilidades e relações de trabalho.⁵

Com efeito, os hotéis podem informar mais sobre a história de São Paulo do que o fizeram até este momento. Lembremos que, impulsionada pelo crescimento da economia cafeeira, em 1920 a capital paulista tinha quase dez vezes o número de habitantes que tivera em 1890, isto é, passou de pouco mais de 60 mil habitantes em 1890 para quase 600 mil em 1920. O afluxo de gente para a capital gerava problemas na cidade, como falta de moradia e emprego, carestia de gêneros, construções de péssima qualidade, crescimento da violência, precariedade no abastecimento de água⁶ e até mesmo a piora considerável nas condições de saúde, com as epidemias atacando principalmente nas áreas de maior adensamento. As autoridades não davam conta de atender o conjunto das demandas necessárias, mas algumas medidas eram tomadas; entre elas, as que diziam respeito à moradia dos trabalhadores e às condições de higiene em que eram mantidas. Discutindo o *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços do districto de Sta. Ephigenia*, de 1893, afirma Jaime Rodrigues:

O debate sobre o saneamento da cidade tomou corpo e envolveu aspectos como o arruamento, a regulamentação de novas construções, o controle de epidemias e as condições de vida e moradia popular. Nesse debate, no qual se fize-

ram ouvir médicos, engenheiros, parlamentares e moradores, a resolução do problema das moradias coletivas parece ter assumido importância fundamental. Em seu bojo, procurou-se definir o cortiço e diagnosticar as condições de habitação, a fim de propor medidas saneadoras.⁷

Segue o autor mostrando como os membros da dita Comissão definiram os vários tipos de habitação que havia em Santa Ifigênia. Entre elas estava o 'hotel-cortiço', assim descrito no Capítulo III do mesmo Relatório:

Há ainda o *hotel-cortiço*, especie de restaurant onde a população operaria se agglomera á noite para dormir, já em aposentos reservados já em dormitórios commons. Quasi sempre os aposentos são pequenissimos: 2,5m de frente por 3m de fundo, occupados por operarios sem família. A lotação que se lhes dá raro excede do normal, entretanto que a realidade é bem diversa, sabido como é que o accumulo de gente nestes lugares excede de muito os limites do razoavel.⁸

Como mostra a leitura dos processos-crime daquele período, a gente que não parava de chegar à capital paulista ia se acomodando onde encontrava lugar. Muitos vinham para junto dos parentes e conhecidos, fosse nos hotéis, pensões, nos cortiços ou num quarto ou casa de aluguel. Havia os que estavam de passagem e, por isso, dormiam pouco acomodados no lugar onde tinham feito as refeições; pensamos aqui naqueles que deitavam até mesmo no chão das vendas e estalagens onde pagaram pela comida e, por isso, contaram com o assentimento do proprietário do lugar, que os deixara ficar. Entre a gente remediada, alguns dos que permaneciam sozinhos e sem formar família continuavam nos hotéis mesmo depois de anos. Quando se alcançava um pouco de estabilidade, era possível comprar ou construir uma casa para morar.

Neste estudo, evidentemente, tratamos dos estabelecimentos onde havia serviços de hospedagem, ainda que eles fossem muito diversos. Interessam-nos os lugares onde o sujeito pagava para dormir e por alguns outros serviços associados a esse espaço de dormida. No mínimo, pensamos que quem dormia num 'hotel-cortiço' – como nomeava o Relatório de 1893 – recebia a limpeza do aposento onde estava a cama, fosse o dormitório exclusivo ou comum, dividido com mais gente. De outro modo, num cortiço propriamente dito, ou numa casinha alugada, o morador era responsável pela limpeza de suas acomodações; no limite, ali era o seu 'domicílio' e, portanto, não se inclui no espectro deste estudo, de onde também se exclui outra forma de hospedagem que abundava na cidade inchada desde a década de 1880: o sujeito que morava no lugar em que trabalhava e não pagava por isso; como vimos entre os

autos criminais acontecer à farta nas lojas, oficinas, vendas, padarias, depósitos etc., nos muitos estabelecimentos onde os empregados trabalhavam durante o dia e se arranjavam para dormir em qualquer canto, à noite.

Mais adiante, noutra fase desta pesquisa, pretendemos examinar as relações de trabalho existentes nos estabelecimentos de hospedagem e, então, devemos discutir de maneira mais acurada os pactos e remunerações que permeavam a vida dos que moravam no local de trabalho nos tempos da escravidão ou em período posterior. Da mesma maneira, será possível discutir e matizar o que entendemos por ‘morador’, ‘pensionista’, ‘hóspede’ e ‘inquilino’ quando esses termos aparecem na designação dos muitos ‘fregueses’ dos hotéis e pensões.

Enfim, tratamos nesta pesquisa de estabelecimentos onde se pagava para ter acomodações e mais algum serviço: o café da manhã, a roupa de cama que pertencia ao dono do estabelecimento e cuja lavagem era de sua responsabilidade, os recados que fossem deixados na portaria, um espaço ‘de estar’ – como uma sala para jogar, beber, fumar e conversar. Lembremos ainda das muitas comodidades oferecidas pelos hotéis de maior porte: correio, telefone, iluminação por todo canto, água no dormitório, refeições sofisticadas e outros confortos. Em qualquer um dos casos estamos menos atentos às denominações e à possibilidade de categorizar os estabelecimentos de hospedagem; queremos, sim, caracterizá-los por meio dos equipamentos e serviços que pudermos descrever com base nas fontes documentais.

Naqueles tempos posteriores à chegada do trem – a primeira linha fora inaugurada no final da década de 1860 –, boa parte da gente que vinha à capital para trabalhar, vender, comprar ou negociar com bancos e outras companhias, hospedava-se nos hotéis e pensões. Mais do que um lugar para a dormida, nos salões dos hotéis paravam por algumas horas aqueles que buscavam uma refeição, uns goles de bebida, umas horas de namoro ou a companhia das meretrizes.

Na cidade que mudava tanto e tão rapidamente, os hotéis eram um ‘ponto de condensação do transitório’, um lugar onde ficavam as pessoas que passavam pela capital paulista por um dia ou dois – quando estavam em viagem para outros destinos –, por uma semana ou pouco mais – quando vinham por negócios, compras ou em busca de tratamento médico –, e até mesmo os que moravam e trabalhavam em São Paulo, mas residiam nos hotéis porque eram sozinhos ou não tinham renda para manter um domicílio. Na cidade que recebia muitos estrangeiros e migrantes de outras cidades paulistas e regiões do Brasil, os hotéis eram também uma fronteira entre as gentes de origem diversa.

* * *

Em maio de 1908, na cidade de São Paulo, com 62 anos de idade, morreu o espanhol Francisco Calixto Meza, proprietário do Hotel D'Oeste, localizado no largo São Bento.⁹ Na altura da morte de Francisco, sua esposa estava em Montevidéu, onde residiam seus dois filhos, já casados. No patrimônio de mais de 900 contos de réis havia ações de banco e de companhias ferroviárias, além de mais de dez casas de aluguel espalhadas em três regiões da cidade. Uma dessas casas ficava na rua Vinte e Cinco de Março e foi avaliada por 45 contos de réis; outra, na rua Frei Caneca, chegou a 35 contos.

Os maiores rendimentos de Calixto Meza provinham dos imóveis onde o Hotel D'Oeste estava instalado, embora esses prédios fossem de propriedade do Mosteiro de São Bento. O espanhol era o responsável por aqueles prédios desde 1873 – data a partir da qual foi necessário comprovar a quitação dos impostos –, e tinha contrato firmado com os beneditinos para os números 2, 4, 6, 8 e 10 do largo de São Bento até 1921. Antes de abrir o hotel em 1878, Calixto Meza tocara, ali no largo, uma loja de molhados e o Restaurante Paulistano (Barbuy, 2006, p.105).

Quando faleceu, Calixto Meza pagava uma quantia mensal ao Mosteiro pelo aluguel dos prédios do largo; em contrapartida, o hotel lhe pagava um aluguel em geral três vezes maior. Assim, as diferenças ficavam, para um período de quase quatro anos, por exemplo, entre 28:600\$000 e 8:500\$000, 70:613\$000 e 21:000\$000, para os prédios maiores, os números 2 e 6 do largo de São Bento, respectivamente. Além disso, alugava 'os baixos' do hotel para outros estabelecimentos comerciais, o que era comum ocorrer nos hotéis da cidade. Evidentemente, o arranjo em que intermediava a locação entre o Mosteiro de São Bento e o Hotel D'Oeste era uma estratégia contábil que permitia a Calixto Meza fazer grandes retiradas do rendimento do hotel sem prestar contas do que auferia nas atividades de hospedagem, bar e restaurante propriamente ditos.¹⁰

O Hotel D'Oeste está em muitas das fotografias que temos da capital paulista no século XIX. Em geral é dessa maneira, como uma grande edificação no cenário urbano, que os hotéis têm sido tratados pelos que escrevem a história de São Paulo. Aliás, o Hotel D'Oeste nasceu no final da década de 1870, no mesmo ano em que surgiu a estrela da hotelaria paulistana no século XIX: o Grande Hotel, considerado um marco da história dos hotéis na cidade porque, além da sofisticação nos serviços que ali se ofereciam – até então nunca vista fora da Corte –, foi o primeiro hotel cujo prédio não foi adaptado, isto é, a edificação foi erguida para funcionar como estabelecimento de hospedagem.

Para explicar o surgimento dos hotéis na capital paulista, Eudes Campos

procede a uma periodização que nos pareceu bem acertada: segundo ele, os hotéis principiam na medida em que vai desaparecendo o costume das ‘cartas de recomendação’, da hospedagem em casas particulares; isto é, a partir de meados do século XIX, para os viajantes que precisassem se hospedar na cidade de São Paulo já eram oferecidos serviços pelos quais se pedia apenas pagamento. Mesmo que o chegador não fosse conhecido na localidade e não tivesse indicação de pessoa conhecida, poderia encontrar um quarto de dormir na cidade: recebia serviços de hospedagem e em troca pagava por eles. Lembra Campos que por muitas décadas depois dos meados do século XIX os hotéis e pensões conviveram com os pousos nas entradas da cidade, onde arranchavam os sujeitos que passavam por São Paulo com as tropas de animais.¹¹

Documentando a cosmopolitização por que passou o triângulo central paulistano entre os anos de 1860 e 1914, Heloisa Barbuy dividiu a história dos hotéis nesse período em três gerações. Chamou de ‘primeira geração’ os hotéis nascidos nos meados do Oitocentos, aqueles que antecederam o Grande Hotel e estavam instalados em prédios originalmente residenciais, erguidos em taipa – dos quais o Hotel de França foi o mais representativo. O Grande Hotel, surgido em 1877, na esquina da rua São Bento com a atual Miguel Couto, foi, como vimos, o primeiro prédio a ser construído na capital para ser hotel, iniciando uma segunda geração de estabelecimentos hoteleiros, representada por ele, pelo Grande Hotel Paulista, pelo Hotel Rebecchino e pelo Hotel D’Oeste, os três últimos no largo São Bento. Segundo a autora, a terceira geração de hotéis do centro de São Paulo começou com a inauguração do *Grand Hôtel de la Rôtisserie Sportsman*, na rua São Bento, nos últimos anos do século XIX, o que significou a introdução de ‘novos padrões hoteleiros’ na cidade (Barbuy, 2006, p.92-111).

No pouco que sabemos acerca do funcionamento dos hotéis na capital paulista está algo que diz respeito às condições das instalações hoteleiras, sobremaneira por conta dos prédios que ocupavam. Nas primeiras décadas, até a década de 1880 para os estabelecimentos de grande porte, os hotéis mudavam constantemente de endereço, o que revela que as edificações por onde passavam, antigas residências, não eram preparadas para servirem como hotel, e que os equipamentos eram todos relativamente fáceis de transportar e instalar; isto é, não se tratava de fogões, balcões e outros utensílios criados especialmente para atender grandes demandas, para produzir grandes quantidades de comida e lavar muitas roupas, por exemplo. Sem falar nos cômodos que serviam de dormitório para os hóspedes, onde a singeleza dos móveis e a precariedade

de instalações como janelas e fornecimento de água e iluminação também permitiam mudar de lugar com relativa facilidade.

Se já não se usavam as cartas de recomendação – como apontou Eudes Campos –, se as relações entre as pessoas estavam mais ‘objetivas’, no sentido de que a hospedagem se realizava em troca de pagamento em dinheiro, ainda era muito importante saber quem era o proprietário do hotel. No livro *A cidade-exposição*, Heloisa Barbuy elencou vestígios dos hotéis paulistanos em que isso se mostra com bastante evidência. Tomemos de empréstimo do livro dois exemplos que se referem ao Hotel D’Oeste. Na *Revista Industrial* de 1900 figurava uma imagem desse hotel acima da qual, em destaque, mencionava-se o proprietário “F. Calixto Meza” e a data de fundação.¹² Além dessa propaganda de 1900, Barbuy apresenta na mesma página um recibo do Hotel D’Oeste de 1917 – posterior à morte de Calixto Meza – onde consta como proprietário “I. Zucchi & Irmão”.

No domingo 12 de março de 1905, o jornal *A Patria* trazia entre os seus anúncios dois estabelecimentos de hospedagem bem menores que o Hotel D’Oeste, localizados em regiões menos nobres da cidade; nos dois anúncios o proprietário era parte importante. O Hotel dos Viajantes, “em frente à Estação do Norte e do Brás”, na avenida Rangel Pestana número 221, “com completo sortimento de bebidas nacionais e estrangeiras” e “comida a toda a hora”, apresentava José Soares das Neves como seu proprietário. Para a Pensão Pinheiro, localizada na rua Treze de Maio, no bairro da Bela Vista, o anúncio assinado pelo proprietário José Pinheiro afirmava: “O proprietário reside com sua família no estabelecimento garantindo desta forma a seriedade em sua casa”.¹³

Outro tipo de mudança que salta aos olhos na história dos hotéis em São Paulo são os sucessivos proprietários de cada estabelecimento – e talvez também por isso fosse importante explicitar quem era o dono. Certamente a instabilidade econômica foi responsável por tais transferências de propriedade, mas convém lembrar as inúmeras obras por que passou o traçado urbano da capital paulista, com a instalação das linhas de bonde e de trem, a abertura de grandes avenidas e praças, fazendo que as demolições e novas edificações não parassem de acontecer, mormente a partir do começo do século XX.

Conforme a cidade mudava, os lugares de hospedar os trabalhadores que chegavam também se alteravam, como os hotéis que passavam a atender à crescente demanda dos trabalhadores pobres, os quais tinham suas instalações e serviços deteriorados e, no final, transformavam-se em cortiços, como de-

nunciava, ainda no primeiro capítulo, o Relatório de 1893 que inspecionava as habitações operárias de Santa Ifigênia, de que já tratamos:

Os cortiços ou estalagens, as casas de dormida, os prédios transformados em hospedarias, as vendas ou tascas, quasi todas com aposentos no fundo para aluguel, os hotéis de 3ª e 4ª ordem, transformados em cortiços, eis o que se vê a miúdo no bairro onde a epidemia mais se alastrou...¹⁴

Tudo isso fazia variar muito o preço dos imóveis e dos aluguéis e constantemente inaugurava novos polos de atração de gentes e de negócios em lugares diferentes da cidade.

Em 2001, sob a orientação do professor Paulo Garcez Marins, Raquel D'Alessandro Pires realizou um levantamento dos hotéis da cidade de São Paulo.¹⁵ Baseada em almanaques – anos 1890 a 1916 – e em listas telefônicas – 1917 a 1971 –, Raquel Pires organizou os capítulos de seu trabalho por região, ou seja, partindo do Centro velho, o chamado 'triângulo', passou pelo entorno das estações ferroviárias, foi ao Centro novo, nas proximidades da praça da República e da avenida São João e, por fim, chegou ao espigão da avenida Paulista, incluindo a Bela Vista e a Consolação. Na dissertação de mestrado, a sequência das localidades acompanha a cronologia da expansão e da degradação urbana na capital. Assim vemos, ao longo de oitenta anos, os hotéis surgirem nos lugares em que a cidade fervia no comércio, nas estações de trem, na melhoria dos equipamentos e da infraestrutura urbana. De outro lado, temos os estabelecimentos hoteleiros se deteriorando com a evasão da riqueza e o abandono oficial por que passaram algumas regiões da cidade durante essas décadas.

Percorridos os estudos realizados sobre a história dos hotéis na capital paulista, vemos que os exemplares escolhidos para análise são sempre os maiores estabelecimentos e os localizados nos logradouros que passavam por fases de desenvolvimento, onde a cidade se embelezava e recebia os grupos mais ricos. Assim, os hotéis são tomados como evidências do crescente desenvolvimento paulistano. No nosso caso, intentamos apreender a diversidade que caracterizava os grupos que viviam pela cidade nos anos de crescimento da economia cafeeira e a multiplicidade dos serviços de hospedagem que eram oferecidos nas diferentes regiões da cidade, onde as reformas urbanas aformoseavam e racionalizavam o tecido urbano e também onde os cortiços, as fábricas e moradias mais modestas adensavam o entorno das estações de trem.

* * *

Voltemos, então, aos três hotéis de São Paulo que aqui pretendemos examinar no começo do século XX.

O Hotel D'Oeste, que vimos no ano de falecimento de seu proprietário Calixto Meza, em 1908, fora fundado em 1878 no largo São Bento e, segundo Heloisa Barbuy, “teve uma trajetória longa e muito representativa das sucessivas mudanças de estilo arquitetônico que vigoraram na cidade naquele período” (Barbuy, 2006, p.105). Nos 30 anos em que Calixto Meza esteve à frente do Hotel D'Oeste, vimos pelas fotografias do largo que o estabelecimento foi se expandindo e sofreu alterações na fachada. Na propaganda que citamos, veiculada na *Revista Industrial* em 1900, vê-se que o hotel dispunha de setenta aposentos (ibidem, p.104). Além disso, mesmo nos jornais, essas propagandas do Hotel D'Oeste sempre mencionavam a facilidade de ter, ali na porta do estabelecimento, transporte público ou particular – bondes ou carros e tálburis – à disposição para as estações de trem e para todas as regiões da cidade e do entorno.

Salientemos o fato de o proprietário de um dos maiores hotéis da cidade ter ganhado mais em transações imobiliárias – realizadas em torno da locação do prédio que pertencia ao Mosteiro de São Bento, onde se instalava o empreendimento hoteleiro – do que diretamente com os serviços oferecidos em seu hotel. Talvez isso explique a insistência de Francisco Calixto Meza em manter o Hotel D'Oeste naquele endereço, mesmo depois do incêndio que o acometeu em 1901. Aliás, quando o espanhol morreu, em 1908, o Mosteiro ainda lhe devia 44 contos de réis em virtude da reconstrução dos prédios após esse incêndio. Em 1912, sob a propriedade de I. Zucchi & Irmão, o D'Oeste já tinha anexado o prédio do Grande Hotel Paulista, em frente, na rua da Boa Vista.

Na virada do século, a menos de cinco minutos de caminhada do Hotel D'Oeste, coisa de umas três quadras do largo São Bento, naquela que era chamada travessa do Grande Hotel, ficava o Hotel da Europa, de frente para a rua Líbero Badaró.¹⁶ Com 36 quartos, o Hotel da Europa era um estabelecimento bem mais simples que o vizinho Grande Hotel, que ficava na outra margem da travessa, mais atrás e de costas, de frente para a rua São Bento.

No primeiro semestre de 1900, em viagem ao Rio Grande do Sul, morria a proprietária do Hotel da Europa, Roza Fasoli.¹⁷ Era casada com José Fasoli, com quem tivera três filhos; naquela época, o mais velho tinha apenas 15 anos de idade. De acordo com o inventário de Roza, o casal Fasoli tinha patrimônio de aproximadamente 70 contos de réis. Além do hotel, os Fasoli possuíam o sobrado em que moravam na rua dos Gusmões e os seguintes imóveis que mantinham alugados: três casinhas menores na rua Rego Freitas, uma casa de

5 metros de frente, um terreno no Brás e um armazém com um terreno anexo, na rua Santa Isabel, que continha uma cocheira e um “puchado de zinco, onde se achão construídos fornos de uma fabrica”.¹⁸

O Hotel da Europa, avaliado em pouco mais de 18 contos de réis, perfazia quase a quarta parte do montante de riqueza dos Fasoli e foi descrito no inventário como contendo 36 quartos, cada um com uma arandela a gás e uma guarnição especialmente avaliada. Pelos 36 valores diferentes atribuídos às guarnições dos quartos, percebemos que não existia homogeneidade entre os aposentos, com móveis e equipamentos variados, e havia basicamente quatro categorias de acomodações: os três quartos mais baratos, cujas guarnições reduziam-se a uma cama e foram avaliadas em torno dos 50 mil réis, o que nos faz supor que fossem recintos destinados a empregados do estabelecimento; outros 17 quartos ficavam em torno dos 100 mil réis e estavam distribuídos pelos dois andares; a terceira categoria de quartos era composta de nove aposentos que tinham guarnições em torno dos 200 mil réis; por fim, havia os três quartos melhores, cujos móveis somavam 465 mil réis, 730 mil réis e 1 conto de réis.

Como os Fasoli não moravam no hotel, podemos supor que, mesmo que um desses quartos mais bem fornidos fosse ocupado pelo gerente e sua família, o estabelecimento dispunha de uma categoria superior de acomodações a serem oferecidas àqueles que pudessem pagar mais. Essa variedade de oferta de acomodações no mesmo estabelecimento tem sido encontrada em outros hotéis e pensões da cidade que ora investigamos, o que nos adverte para não tomarmos os inúmeros elogios de relatos contemporâneos e de memorialistas como provas da magnitude e do luxo dos estabelecimentos em que se hospedaram. Seguramente, certos elogios indicam que em alguns casos o sujeito ocupou o aposento mais bem equipado em meio às muitas acomodações simples do restante do hotel.

Assim como boa parte dos quartos do Hotel da Europa, a mobília do corredor do primeiro andar e a do corredor do segundo andar também ficou em torno dos 200 mil réis cada uma, o que nos faz imaginar a singeleza que havia por ali. Além dos quartos e corredores, o hotel continha uma rouparia no valor de quase 3 contos, e foram arroladas ainda as guarnições da portaria e da sala. A guarnição da sala valia mais de 6 contos, revelando o ponto alto das atividades do hotel, onde as mesas serviam para comer e para receber não apenas os hóspedes, mas os passantes que desejassem usar do bar ou do restaurante. Todo o estabelecimento era iluminado por sessenta arandelas de gás.

Nos bens dos Fasoli, o hotel de acomodações modestas, embora pagado

ao Grande Hotel, no interior do triângulo central, não era a maior porção do patrimônio e tampouco resistiu como negócio depois da morte precoce da mãe, que deixou o viúvo com os filhos pequenos. Em 1904, quatro anos depois do falecimento de Roza Fasoli, o filho João Fasoli aparece nos autos em briga com o pai, que agora reside em Milão, para onde levou as outras duas filhas pequeninas. Em 1918, com 58 anos, José Fasoli morreu na Itália. No seu inventário, quase duas décadas depois da perda da esposa, ainda constam alguns dos imóveis arrolados no inventário de Roza, mas o Hotel da Europa já não pertencia à família.¹⁹

Passemos agora a outra região da cidade, mais a leste, na avenida Rangel Pestana, que era a continuação da ladeira do Carmo ultrapassando o rio Tamanduateí, para os lados do Brás, onde nas últimas décadas do século XIX surgiram fábricas, moradias de trabalhadores, nova linha férrea, estações de trem, e muitos hotéis e pensões. De acordo com a pesquisa de Raquel D'Alessandro Pires, entre 1890 e 1897 apareceram 22 novos hotéis na avenida Rangel Pestana; segundo o *Almanach do Estado de São Paulo*, um deles era o Hotel Leão, no número 20 da avenida (Pires, 2001).

O Hotel Leão pertencia ao casal de portugueses Maria Rodrigues e Manoel Pinheiro Guimarães.²⁰ Esse era o segundo marido de Maria, que não tivera filhos em nenhum dos dois casamentos. Quando ela faleceu, em julho de 1901, o patrimônio do casal somava menos de cinco contos de réis.

No inventário da portuguesa, o Hotel Leão não foi avaliado por quartos, mas pelo conjunto do mobiliário: tinha 28 camas de solteiro e oito camas de casal, cada uma com seu colchão e seu jogo de roupa. Junto aos móveis dos quartos, foram listados dez cabides, 16 lavatórios e pouco mais de 22 mesinhas. Assim, se levarmos em conta que o casal de proprietários residia no hotel, e que ali também morariam um ou dois empregados – como temos encontrado nos hotéis que examinamos por meio de processos-crime –, temos que o hotel ofertava cerca de quarenta leitos, ou seja, vagas para quarenta pessoas dormirem, e não quarenta quartos.

Para o hóspede, em alguns aposentos havia a cama, um cabide, uma mesinha pequena e um lavatório bem simples – supomos apenas um jarro e uma bacia. Nem todos os aposentos, no entanto, tinham essas pequenas peças além da cama. Supomos ainda que havia aposentos com muitas camas, onde várias pessoas partilhavam o mesmo recinto para dormir. No quarto onde moravam os donos do hotel havia uma cama melhor, um guarda-roupa, duas malas grandes e dois criados-mudos.

A cozinha tinha um fogão de ferro grande ‘para hotel’ e um fogão menor, panelas e outros utensílios, mesa para lavagens, louças, vidros e talheres.

Além dos quartos e da cozinha, o estabelecimento contava com outros dois ambientes para receber também os que não estavam hospedados no Hotel Leão: uma sala de refeições e um bar. O salão tinha cinco mesas de jantar e suas cadeiras – ‘42 cadeiras austríacas’ –, dois guarda-louças e uma escrivaninha. No bar, além de meia dúzia de mesas menores – de ferro e cobertas de mármore –, um espelho de parede, três cadeiras de braço feitas de vime, ficava ainda uma ‘vitrine para amostras’, um balcão de mármore e um balcão de charutaria com os seus artigos. Nesses recintos, vemos que as refeições eram parte importante dos serviços ofertados pelo Hotel Leão; seguramente, nas dezenas de assentos comiam os hóspedes e também as pessoas que moravam ou trabalhavam ali perto, no Brás. Como dizia o anúncio de 1905 do vizinho Hotel dos Viajantes, que ficava uma ou duas quadras adiante: “comida a tóda a hora”.²¹ No bar, estava também uma ‘armação envidraçada’ onde ficavam as bebidas: vinho, aguardente, vinagre e outras bebidas engarrafadas.

Todos os pertences do hotel somavam quase 3 contos e meio, e as bebidas valiam a terça parte de tudo que havia no Hotel Leão!

Nos autos não consta a propriedade do imóvel onde o hotel estava instalado e tampouco o pagamento de seu aluguel. De todo modo, a riqueza desse casal de portugueses não ia além do negócio hoteleiro e dos pertences que o compunham: móveis, utensílios e artigos para vender – os de beber e os de fumar. Depois de arrolados e avaliados os bens, o viúvo declarou que tinha uma dívida maior do que o total de seu patrimônio, de mais de 5 contos, por ‘fornecimento de gêneros’. Isto é, as bebidas valiosas que vimos no bar sequer estavam pagas ao fornecedor!

* * *

Pelos inventários de Francisco Calixto Meza, Roza Fasoli e Maria Rodrigues vimos três hotéis da capital paulista na primeira década do século XX. Cada um deles representou um tipo de estabelecimento hoteleiro: o Hotel D’Oeste esteve entre os maiores e mais estáveis, com setenta aposentos, localizado no largo São Bento, na região que fora por muito tempo a mais nobre da cidade; o Hotel da Europa também se localizava no centro, nas costas do Grande Hotel, mas era de porte médio e a maioria de seus quartos oferecia acomodações simples; o Hotel Leão, localizando-se no Brás, onde se instalavam principalmente os imigrantes, em torno da ferrovia, oferecia cerca de quarenta leitos, refeições no salão com mais de quarenta lugares e quase nada além disso.

Nessa sequência, do maior para o menor dos três estabelecimentos hoteleiros – mesmo ignorando as variações monetárias ocorridas nesses 8 anos, mas focando no caráter e no volume dos bens que compunham os patrimônios desses proprietários de hotéis –, temos uma linha decrescente de riqueza, em que os patrimônios de seus proprietários caem seguidamente para menos de 10% do montante anterior. Assim, ao revés, Maria Rodrigues do Hotel Leão, no Brás, tinha patrimônio de menos de 10% do valor do patrimônio dos Fasoli; estes, por sua vez, tinham riqueza que somava menos de 10% do patrimônio de Francisco Calixto Meza.

Não apenas o montante é significativo, mas os bens que o compõem; como mostramos anteriormente, o espanhol Calixto Meza era um homem de negócios à altura do seu tempo: tinha ações de banco e de companhias ferroviárias, além de casas valiosas para aluguel. Os Fasoli, pelo que possuíam – equipamentos para fabricar alimentos e algumas casinhas de alugar – e por sua história pregressa, mostram ter sido gente que por muitas décadas atuou nas áreas de alimentação e de hospedagem na cidade, tendo vivido disso e daí conseguido juntar certa riqueza. Já os portugueses do Hotel Leão só tinham o hotel, onde residiam e trabalhavam, nada além disso.

Acompanhando essas diferenças, temos a representatividade de cada hotel no conjunto do patrimônio de seu proprietário: a partir do Hotel D'Oeste, o hotel é parte inversamente proporcional ao tamanho da riqueza do proprietário, ou seja, quanto maior o patrimônio, menor a representatividade do hotel entre os bens do inventariado, menos o proprietário dependia da venda dos serviços de hospedagem para seus ganhos e/ou enriquecimento. Portanto, estamos diante de estabelecimentos hoteleiros diferentes – na sua localização, dimensão e no tipo de equipamentos e serviços que ofereciam aos hóspedes – mas também diante de proprietários de hotel pertencentes a grupos distintos da sociedade paulistana.

Na história escrita sobre a cidade de São Paulo no século XIX e no começo do século XX, os hotéis têm sido utilizados para caracterizar o desenvolvimento e a expansão urbana, a incorporação de hábitos e serviços ‘aburguesados’. Como afirmamos, são sempre os maiores os estabelecimentos hoteleiros contemplados, até porque, além de denotar o enriquecimento paulistano, servem para exemplificar momentos da história da arquitetura na cidade.²²

A historiografia da cidade de São Paulo já examinou os palacetes, as vitrines, as lojas, os restaurantes, as fábricas e os cortiços. Temos consolidada uma memória dual da capital paulista no tempo do crescimento da economia cafeeira: de um lado, a cidade cosmopolita que se embelezava; de outro, a cidade

operária, onde os trabalhadores viviam em más condições. Nos hotéis, além de se misturarem pessoas de origens e grupos sociais variados, podem ser vistos homens e mulheres que tinham inserções muito peculiares na sociedade cafeeira: não viviam nas ruas correndo o risco de serem pegos por vadiagem, não estavam nos malvistos cortiços, tampouco nos bancos, nas grandes casas comerciais ou nos palacetes; ou seja, nos hotéis podemos abordar a vida daqueles que não estavam nos lugares mais examinados pela historiografia.

Nesse período de grande transformação da cidade, entre as últimas décadas do Oitocentos e as primeiras do Novecentos, a diversificação dos serviços foi crescente, acompanhando o crescimento da economia cafeeira. No campo da alimentação e do divertimento, surgiram na época inúmeros bares, padarias, confeitarias, restaurantes, hotéis, teatros, casas de bilhar e de boliche, e ainda as casas de banho. Sem falar na variedade que as importações proporcionavam aos estoques das lojas de fazendas e de secos e molhados. Quando se trata de serviços como alimentação, divertimento e hospedagem, ou das lojas de roupa, tendemos a pensar a história paulistana progressivamente, realçando a crescente cosmopolitização dos costumes paulistanos, os hábitos cada vez mais europeizados no vestir e no frequentar cafés, confeitarias e restaurantes com chefe de cozinha francês. Quanto aos hotéis, são citados à farta os brasileiros ricos e os viajantes estrangeiros que classificaram os nossos estabelecimentos entre os melhores do mundo, abrigando festas e refeições sofisticadas.

Falta-nos ainda documentar a diversidade existente no consumo e na oferta de serviços, para os diferentes grupos da sociedade paulistana e nas diferentes regiões da cidade. Na época, existia gente em São Paulo como a família de Manoel Monteiro Diniz Junqueira, falecido no último ano do Oitocentos, que tinha filho estudando na Alemanha, ia à Europa passear com frequência e tinha chalé suíço de madeira na praia do Guarujá – bem ao gosto europeu.²³ Mas havia também os fregueses do Hotel Coroa d'Itália, que passavam no número 1 da rua Senador Feijó quase diariamente para um trago de bebida; sem falar em gente como Giuseppe Vandiglia, recém-chegado da Itália que trabalhava no hotel servindo bebida para os outros.

Carece de uma apreensão mais complexa essa expansão paulistana que veio com transformações tão intensas e velozes. Como lembrou Raquel Glezer, após a década de 1870 a capital paulista foi se transformando preponderantemente numa cidade de serviços: “Apenas a transformação em cidade de serviços pode explicar o salto populacional entre os anos de 1886 e 1900”.²⁴ Deu-se a curva ascendente das fortunas de certos grupos, mas os setores médios da sociedade paulistana, onde se inseria a maior parte dos proprietários de hotel,

experimentaram a instabilidade de um cenário em que a oscilação do preço do café no mercado internacional causava retrações econômicas.²⁵

Hotéis, bares, cafés, teatros, casas de bilhar, restaurantes e outros lugares surgiram em São Paulo não apenas para os que passavam a imitar o jeito de viver nas grandes cidades europeias e adquiriam hábitos mais ‘aburguesados’. Eram estabelecimentos muito variados e abrigavam gente de todo tipo.

Nos processos-crime onde seguimos estudando os hotéis paulistanos – como os autos onde vimos o Hotel Coroa D’Itália, de Carlo Astone – mostraram-se muitos indivíduos vindos de fora do país, do interior de São Paulo e de outras regiões do Brasil. Nesta pesquisa, esperamos que os jornais, processos-crime e outras fontes apresentem multiplicidade ainda maior que a revelada pelos inventários aqui examinados, trazendo informação quanto às instalações e aos serviços de hospedagem, quanto a quem pagava por esses serviços – hóspedes, inquilinos, meretrizes e outros –, quanto às relações de trabalho e, principalmente, quanto ao funcionamento dos hotéis – quem lavava roupa, quem cuidava das refeições, arrumava as camas etc.

O que os inventários *post mortem* dos donos de hotel nos permitiram ver foi só o começo de uma investigação.

NOTAS

¹ SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Capital. *Appellação crime*. Apelante: Felipe Marasca. Apelado: Carlo Astone, 1893. ATJSP. Assim como esse processo, os demais apontados neste texto encontram-se no Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo – ATJSP. Optamos por não apresentar sua classificação porque, na altura em que foi realizada a pesquisa, o Arquivo reorganizava seu acervo, alterando os indicadores de localização dos processos.

² Sobre as pensões e hotéis onde se praticava prostituição, inclusive com menção à rua Senador Feijó: RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.81ss e p.120ss.

³ SÃO PAULO (Estado). Juízo de Direito da 1ª Vara do Crime da Comarca da Capital, Cartório do 9º Ofício. *Autos de queixa-crime*. Autor: Carlo Astone. Réu: Giuseppe Vandiglia, 1893. ATJSP.

⁴ BARBUY, Heloisa. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006; DEAECTO, Marisa Midori. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Ed. Senac, 2002; e MONTELEONE, Joana. *Sabores urbanos: sociabilidade, alimentação e consumo: São Paulo, 1822-1910*. São Paulo: Alameda, [no prelo].

⁵ O estudo dos hotéis na cidade de São Paulo entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX insere-se nos trabalhos de um grupo de pesquisadores que desde 2007 lida com processos-crime armazenados no Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Sob a coordenação da prof^a Maria Odila Leite da Silva Dias, os pesquisadores eram em sua maioria da PUC-SP. Atualmente, permanecem no grupo: Lorena Féres, Máira Rosin e Monique Borin, mestrandas da Universidade de São Paulo. No início desta investigação foram preciosas as indicações de Maria Luiza Ferreira de Oliveira que, generosamente, forneceu a localização de alguns processos de inventário *post mortem* de proprietários de hotel da cidade de São Paulo.

⁶ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e charizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Ed. Senac, 2007.

⁷ RODRIGUES, Jaime. Da “Chaga Oculta” aos dormitórios suburbanos: notas sobre higiene e habitação operária na São Paulo de fins do século XIX. In: CORDEIRO, Simone Lucena (Org.) *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização (1893)*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2010, p.82.

⁸ *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços do districto de Sta. Ephigenia (1893)*. Edição fac-similar. In: CORDEIRO, 2010, p.101.

⁹ SÃO PAULO (Estado). 1ª Vara do Juizado de Órfãos. Cartório do 3º Ofício. *Inventário post mortem*. Inventariante: Escolástica Rodrigues de Calixto. Inventariado: Francisco Calixto Meza, 1908. ATJSP.

¹⁰ A propósito, vale dizer que o hotel, como tal, não foi arrolado e tampouco avaliado no inventário. Quando da partilha, os rendimentos do contrato com o Mosteiro foram estimados em 212 contos; portanto, pouco menos do que as ações – 238 contos –, do que havia nos bancos e com os devedores – 204 contos –, e do que havia em imóveis – 240 contos.

¹¹ CAMPOS, Eudes. Os primeiros hotéis da cidade de São Paulo – Século XIX: Império e República. *Informativo Arquivo Histórico Municipal*, São Paulo, ano 4, n.24, maio-jun. 2009. Disponível em:

www.arquivohistorico.sp.gov.br; Acesso em: 26 maio 2010.

¹² BARBUY, 2006, p.104. Conforme legenda da autora: “a *Revista Industrial* de 1900 foi elaborada por Jules Martin para representar o Estado de São Paulo na Exposição Universal de Paris naquele ano”.

¹³ *A Patria*: orgam da colonia portugueza no Brazil, São Paulo, ano IV, n.413, p.4, 12 mar. 1905.

¹⁴ *Relatório da Comissão de exame e inspeção das habitações operárias e cortiços do districto de Sta. Ephigenia (1893)*. Edição fac-similar. In: CORDEIRO, 2010, p.95.

¹⁵ PIRES, Raquel D’Alessandro. *Hotéis da cidade de São Paulo: história e trajetória (1889-1971)*. Dissertação (Mestrado em Turismo Ambiental e Cultural: Planejamento e Gestão) – Centro Universitário Ibero-Americano. São Paulo, 2001. Sem os estudos de Raquel

D'Alessandro Pires, teria sido mais difícil iniciar a pesquisa que ora empreendemos. Por sua coleta, dispomos de dezenas de nomes de hotéis da última década do século XIX e do começo do XX e, principalmente, dos nomes de seus respectivos proprietários, cujos inventários *post mortem* queremos analisar.

¹⁶ Provavelmente se trata do Hotel Europa da década de 1860, localizado então na rua do Rosário e agora migrado para a Travessa do Grande Hotel. Na década de 1860, o Hotel Europa foi referido pelo engenheiro militar Taunay e pelo capitão norte-americano John Codman, conforme mencionado nos artigos de Eudes Campos aqui citados.

¹⁷ SÃO PAULO (Estado). 1ª Vara do Juizado de Órfãos. Cartório do 2º Ofício. *Inventário post mortem*. Inventariante: José Fasoli. Inventariada: D. Roza Amsoli Fasoli, 1900. ATJSP.

¹⁸ José Fasoli, às vezes sob a rubrica “José Fasoli & Cia.”, aparece nas fontes como proprietário de hotéis variados. Segundo Affonso Antonio de Freitas, desde 1862 é o dono do Hotel Europa, na rua da Imperatriz; no *Almanach* de 1885, conforme Ernani da Silva Bruno, menciona-se o Hotel Fasoli na rua Senador Feijó; depois, no *Almanach* de 1890, José Fasoli & Cia. tem a propriedade do Hotel Ítalo-Brasileiro, localizado na rua da Estação. Existiu também na cidade a Confeitaria Fasoli.

¹⁹ SÃO PAULO (Estado). 2ª Vara de Família. *Inventário post mortem*. Inventariante: Achilles Martinelli. Inventariado: José Fasoli, 1918. ATJSP.

²⁰ SÃO PAULO (Estado). 1ª Vara de Família. Cartório do 2º Ofício. *Inventário post mortem*. Inventariante: Manoel Pinheiro Guimarães. Inventariada: D. Maria Rodrigues, 1901. ATJSP.

²¹ *A Patria*: orgam da colonia portugueza no Brazil. São Paulo, ano IV, n.413, p.4, 12 mar. 1905.

²² Lembremos que essa perspectiva arquitetônica de análise dos hotéis também viceja no exterior. Grande parte dos trabalhos existentes sobre a história da hotelaria examina os hotéis tomando-os principalmente como edificações – sobretudo quando se trata de período anterior aos meados do século XX. Ver, por exemplo: SANDOVAL-STRAUSZ, A. K. *Hotel: an American History*. New Haven/London: Yale University Press, 2007.

²³ SÃO PAULO (Estado). 2ª Vara de Família. *Inventário post mortem*. Inventariante: Maria Guilhermina de Lemos Monteiro. Inventariado: Manoel Monteiro Diniz Junqueira, 1899. ATJSP. Essa era uma família de cafeicultores que tinha fazendas na região de Ribeirão Preto, Jaboticabal e Cravinhos, e cujo patrimônio superava os 2.500 contos de réis.

²⁴ GLEZER, Raquel. As transformações da cidade de São Paulo na virada dos séculos XIX e XX. *Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo: Museu Paulista/USP, n.3 e 4, out.-dez. 1994 e ago.-out. 1995, p.24.

²⁵ Para o século XIX: OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização*, São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, 2005; SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imi-*

Lucília Siqueira

grantes germânicos na região da capital (1827-1889). São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003. Para as camadas mais pobres: PINTO, Maria Inez Machado Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: Edusp, 1994.

Artigo recebido em 4 de março de 2011. Aprovado em 19 de abril de 2011.